



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/05/2025 a 31/05/2025

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/10

66.2025	Sessão Ordinária - CD	06/05/2025-13:55
Publ.: DCD - 5/7/2025 -	Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO
		DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Governo Lula, acusando-o de penalizar a população mais pobre com uma política fiscal regressiva. Ressaltou que mais da metade da arrecadação nacional vem de impostos sobre o consumo, que afetam desproporcionalmente os que ganham até dois salários mínimos. Além disso, denunciou a criação da “taxa das blusinhas” e apontou que a prometida reforma tributária mantém a espinha dorsal da injustiça fiscal. Afirmou que o Governo promove um discurso progressista, mas pratica medidas que agravam a desigualdade. Finalizou dizendo que a insatisfação popular aumentou diante da alta carga tributária e da ausência de melhorias concretas.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, venho mostrar hoje, nesta tribuna, como o governo do Sr. Lula da Silva está esmagando a população mais pobre e vulnerável do Brasil.

A promessa era de inclusão. Mas o que temos hoje é um projeto de arrecadação em cima de quem já vive com pouco ou quase nada.

Lula disse que queria "incluir os pobres no orçamento". E conseguiu — mas não como beneficiários. Incluiu como pagadores. Como fontes de receita. Como sustentação do próprio sistema que os mantém à margem.

Famílias que ganham até dois salários mínimos pagam 26% da renda em impostos indiretos, como ICMS e IPI. O que isso quer dizer? Que a mesma garrafinha de óleo, o mesmo pacote de arroz, pesa muito mais no bolso de quem ganha menos.

E sabem qual é a ironia?



Mais de 50% de toda a arrecadação do Brasil vem desses impostos sobre o consumo. Ou seja: o Estado financia seus gastos sugando o que sobra do prato do trabalhador. Enquanto isso, a taxação sobre renda e patrimônio — que humanizaria a tributação brasileira — ainda é mímina.

Isso é regressividade, ou seja, a carga tributária se concentra na tributação sobre o consumo e desconsidera a capacidade contributiva (rendimentos) de quem adquire o bem. Isso é perversidade. Isso é covardia fiscal.

Estamos diante de um governo que se veste de popular, mas age como tecnocrata.

Fala em combater desigualdade, mas sustenta um sistema que faz os mais pobres carregarem o país nas costas.

Quem está financiando o Estado brasileiro é a mãe que compra arroz contando o dinheiro, o pedreiro que paga o gás parcelado em 3 vezes, a jovem que parcela uma roupa, o empresário que luta para atender à pesada máquina da burocracia estatal.

E como se isso não bastasse, esse governo teve a audácia de criar a “taxa das blusinhas” — uma medida que taxou as compras internacionais até US\$ 50, encarecendo justamente os produtos que a população mais pobre recorre por não poder pagar os preços absurdos no varejo brasileiro.

É isso que eles chamam de justiça fiscal?

A reforma tributária foi aprovada. Mas no que mudou a vida do povo?

Ela ainda está no papel. E mesmo que um dia se concretize, ela mantém a espinha dorsal do problema: a tributação regressiva.

Eles dizem: "Vamos isentar o imposto de renda até R\$ 5 mil."

Mas não contam que essa isenção será compensada com mais impostos sobre o consumo, ou seja, na conta de luz, no botijão de gás, no litro de leite, na passagem de ônibus.

O discurso é progressista, mas a prática é regressiva. O marketing é de acolhimento para os pobres, mas o peso do estado continua sendo jogado sobre seus ombros.

E quando o povo reclama, dizem que é por “falta de compreensão”. Mentem que a reforma é “técnica”, que é “um processo”, que “as melhorias virão”. Mas o pobre tem fome hoje. Tem conta vencida hoje. Não pode esperar que Brasília descubra como ser justa com o Brasil.

O resultado disso é a insatisfação com o governo explodindo. Em janeiro de 2025, pela primeira vez, a desaprovação do governo Lula superou a



aprovação. A popularidade entre os mais pobres despenca. Porque, ao contrário do que pensam, o povo sabe fazer conta.

O povo sabe que está pagando mais. Sabe que prometeram inclusão, mas o que veio foi mais imposto. Sabe que o Brasil continua sendo o paraíso para a corrupção e um inferno para o trabalhador.

Esse é o cruel retrato desse terceiro governo Lula, cheio de escândalos de corrupção e, sem o boom das commodities que criou uma rede de proteção nos dois primeiros mandatos, incapaz de atender aos anseios da população que é o controle inflacionário e uma máquina pública eficiente e eficaz. Ao final, o “pai dos pobres”, o “Lulinha paz e amor” é só um déspota que lidera um governo corrupto e incompetente.

Era o que tinha a dizer. Solicito que meu pronunciamento seja difundido na Voz do Brasil e demais órgãos de comunicação desta Casa.

Documento 2/10

70.2025

Sessão Ordinária - CD

07/05/2025-14:56

Publ.: DCD - 5/8/2025 - Dimas Gadelha-PT -RJ

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a instalação da Comissão Especial da reforma tributária sobre a renda, classificando-a como um dos trabalhos mais relevantes da Câmara. Defendeu mudanças no sistema atual, que considerou arcaico e injusto, onde trabalhadores de baixa renda pagam proporcionalmente mais impostos que os super-ricos. Criticou a isenção sobre lucros e dividendos no Brasil e elogiou medidas já adotadas pelo Presidente Lula, como a correção das faixas de isenção e a proposta de ampliar a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil. Concluiu defendendo a promoção da justiça social e maior contribuição dos mais ricos.

O SR. DIMAS GADELHA (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados, ontem, esta Casa deu um passo importante para fazer história na política brasileira: foi instalada a Comissão Especial que vai tratar da reforma tributária sobre a renda brasileira.

Nós aprovamos, no ano passado, a reforma tributária sobre o consumo. Agora, tramitará a tão esperada reforma tributária sobre a renda dos brasileiros. Talvez esse seja um dos trabalhos mais importantes desta Casa, porque, no Brasil, nós temos um sistema tributário arcaico, ultrapassado, desigual, um dos mais



injustos do mundo.

Quem ganha de dois a três salários mínimos chega a pagar mais, proporcionalmente, do que quem ganha mais de 320 mil reais. Os super-ricos, aqueles que ganham acima de 320 mil reais, que não são 0,1% da população brasileira — eu disse 0,1% da população brasileira —, não pagam 5% sobre a renda. Enquanto isso, a massa dos trabalhadores brasileiros, que corresponde a 30% da população brasileira, que ganha de dois salários mínimos a 5 mil reais, chega a pagar até 27,5% sobre a renda. Isso é desigual!

Sr. Presidente, sabe por que isso acontece? Ao contrário de vários países do mundo, o Brasil não tributa lucros nem dividendos. Isso é uma covardia com o trabalhador. Enquanto ele tem o seu salário moído no contracheque, os super-ricos ficam fora do radar e não são tributados.

Essa história vai mudar. Aliás, essa história já está mudando. O Presidente Lula já corrigiu as faixas que estavam congeladas desde 2015 e já isentou cerca de 10 milhões de trabalhadores brasileiros, quando tornou isento quem ganha até dois salários mínimos. Agora, com essa proposta que ele encaminha para esta Casa, que a gente vai debater, mais de 10 milhões de brasileiros podem ser isentados se a gente aprovar a isenção de quem ganha até 5 mil reais. No total, 20 milhões de trabalhadores brasileiros serão isentados. Sabe o que isso significa, Sr. Presidente? Mais dinheiro no bolso do trabalhador brasileiro, mais renda, uma economia mais forte.

Há quem diga assim: "*Ah! mas nós devemos ter responsabilidade fiscal*". Sim, devemos ter — e teremos! Mas, acima de tudo, devemos ter responsabilidade com a justiça social e colocar os mais ricos para pagarem essas contas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 3/10

80.2025

Sessão Ordinária - CD

20/05/2025-14:36

Publ.: DCD - 5/21/2025 - Luiz Carlos Hauly-PODE -PR

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado participou da Marcha dos Prefeitos, que reuniu mais de 14 mil municipalistas em Brasília (DF), e alertou para três grandes problemas que afetam o País: o sistema tributário, os juros elevados e a proliferação dos jogos de azar. Também destacou os avanços na reforma tributária sobre o consumo e defendeu urgência na revisão do Imposto de Renda. Ademais, criticou o poder dos rentistas sobre a economia e apontou os prejuízos sociais e econômicos causados por plataformas de apostas, como bets e jogos online. Por fim, defendeu mudanças no sistema político, com adoção do voto distrital misto e



do semipresidencialismo.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente Charles Fernandes, Sras. e Srs. Parlamentares, Prefeitos, Prefeitas, Vice-Prefeitos, Vice-Prefeitas, Vereadores e Vereadoras de todo o Brasil, a Confederação Nacional de Municípios recebe hoje em Brasília mais de 14 mil municipalistas de todos os Estados e da maioria dos Municípios brasileiros. O Brasil tem 5.570 Municípios, 27 unidades federadas e o Governo Federal. Mas o centro de todos os problemas está aqui em Brasília, e esses problemas precisam ser solucionados.

O Brasil tem alguns inimigos ferozes, algumas pragas que precisam ser erradicadas.

Primeiro, temos a reforma tributária. Já fizemos uma parte grande da reforma do consumo, que vai diminuir a carga tributária das famílias mais pobres, vai viabilizar as empresas, vai gerar emprego e renda, vai melhorar o desempenho das empresas e vai melhorar a economia do Brasil, ajudando-a a voltar a crescer. Falta a segunda parte da reforma, que é a do Imposto de Renda. Está se iniciando essa discussão, e hoje fiz um pronunciamento sobre isso na Comissão Especial.

A segunda grande praga do Brasil é a praga dos rentistas, daqueles que vivem de explorar o Governo Federal, os Estados e Municípios, explorar as empresas e explorar principalmente o povo brasileiro com as mais altas taxas de juros do mundo. No Brasil, seguramente, o povo brasileiro é submetido a uma vassalagem do sistema financeiro internacional que afeta todas as famílias, todas as empresas e o Governo. São mais de 2 trilhões de reais, de 12 trilhões de reais do PIB, que vão para os juros, que, por sua vez, quando se tributa a empresa, vão para a conta do preço do bem e serviço consumidos pela população.

E a terceira grande praga é a da jogatina. O "liberou" começou no Brasil há uns 5 ou 6 anos, com a desgraça da aprovação das *bets*. *Bets*, Tigrinho estão consumindo 360 bilhões de reais por ano, 3% do PIB das famílias brasileiras. Há muitas famílias endividadas, pessoas que estão indo ao suicídio, com ludopatia, uma doença. Essas são três das grandes pragas.

Uma parte da reforma tributária nós fizemos. Falta acabar com essa esculhambação dos juros e acabar com essa jogatina de azar no Brasil. E depois falaremos de outros temas importantes, como o voto distrital misto, para acabar também com a eleição majoritária de Deputados Federais, Estaduais e Vereadores do Brasil. E falaremos também do semipresidencialismo, porque o modelo presidencialista eu acredito que está acabando no mundo. Quem criou o modelo foram os americanos, e eles estão numa falência do presidencialismo, o que vale para o Brasil também.



Que venha o semipresidencialismo!

Documento 4/10

80.2025

Publ.: DCD - 5/21/2025 -

Sessão Ordinária - CD

Orlando Silva-PCdoB -SP

20/05/2025-16:20

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado anunciou a instalação de Comissão Especial para analisar uma proposta de lei de incentivo ao esporte, com o Deputado Mauricio do Vôlei como Presidente e ele como relator. Destacou que, como ex-Ministro do Esporte, participou da construção da atual lei de incentivo, que ao longo de 20 anos foi fundamental para financiar o esporte educacional, de lazer e de alto rendimento no Brasil. Informou também que, com a reforma tributária ameaçando esse incentivo, a Comissão buscará elaborar um parecer antes do recesso que assegure a continuidade do apoio fiscal ao esporte.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, agradeço a sua gentileza.

Quero apenas registrar que na tarde de hoje nós instalamos uma Comissão Especial que vai examinar uma proposta de lei de incentivo ao esporte. Foi eleito Presidente o Deputado Mauricio do Vôlei. E ele me deu a honra de ser designado Relator.

Há 20 anos, Presidente, na condição de Ministro do Esporte, eu ajudei a construir neste Congresso uma lei de incentivo que, durante essas duas décadas, permitiu o desenvolvimento do esporte educacional, do esporte de lazer, do esporte de alto rendimento. Hoje o incentivo fiscal da União é o principal financiador de programas e projetos esportivos.

A reforma tributária pôs em xeque a manutenção dessa lei. Por isso, vários colegas apresentaram um projeto de lei complementar, e nós, a partir de hoje, faremos um debate. A nossa meta é antes do recesso, Presidente, concluirmos a elaboração de um parecer que garanta incentivo fiscal para o esporte brasileiro. Todos celebramos as conquistas dos nossos atletas, mas é importante que nós demos apoio para esses atletas. É esse o foco.

Entidades sociais, Governos, especialistas, universidades, patrocinadores, todos serão ouvidos. Espero que nós tenhamos uma lei avançada, uma lei que inspire crianças e jovens, inspire a sociedade brasileira a defender o esporte cada vez mais forte.



Agradeço ao Presidente Mauricio do Vôlei pela indicação e agradeço o apoio do Presidente Hugo Motta.

Presidente, divulgue, por favor, o meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Documento 5/10

80.2025

Sessão Ordinária - CD

20/05/2025-18:04

Publ.: DCD - 5/21/2025 - Zé Neto-PT -BA

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado prestou contas da missão Brasil Legal, realizada em Washington (EUA), onde representou as Frentes Parlamentares do Comércio e Serviços e do Empreendedorismo. Participou de simpósio na Universidade de Georgetown, e reuniões na Câmara Americana de Comércio, no Banco Mundial e em outros organismos, discutindo o ambiente de negócios entre Brasil e Estados Unidos. Destacou que o cenário internacional exige que o Brasil modernize suas legislações, especialmente após a aprovação da reforma tributária, para aumentar a competitividade e atrair investimentos. Defendeu ainda a criação de uma Comissão Permanente na Câmara para atualizar normas relacionadas ao comércio físico e digital, alinhando o País às exigências do mercado global.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento para prestar contas de uma missão, o Brasil Legal, da qual participei em Washington, na última semana, representando as Frentes Parlamentares desta Casa. Começamos no domingo retrasado e chegamos no último sábado. Foram, na verdade, seis dias nos Estados Unidos participando de um simpósio na Universidade de Georgetown. Também participamos de reuniões diversas com a Câmara Americana de Comércio, com o Banco Mundial e com outros organismos americanos, todos eles voltados para os negócios brasileiros.

Eu sou Vice-Presidente de duas Frentes Parlamentares, a do Comércio e Serviços e a do Empreendedorismo. Posso dizer, Sr. Presidente, que nesses dias constatamos que, não só nos Estados Unidos, que são o segundo parceiro do Brasil — o primeiro é a China, e 25% de todas as nossas exportações são para os Estados Unidos —, como nos outros países do mundo, o que se espera do Brasil são legislações que possam fazer com que o nosso País se encaixe melhor nos negócios e no comércio internacional.

Os Estados Unidos vivem uma crise relacionada a essas idas e vindas e a esses



discursos do Presidente Trump, que de manhã diz uma coisa, e de tarde diz outra. Tudo isso não pode tirar o Brasil do seguinte foco: nós precisamos dialogar com todas as nações, especialmente com as grandes, com a Europa, com os Estados Unidos, com a China, e com isso fazer com que o nosso comércio, as nossas exportações e o nosso desenvolvimento econômico aconteçam.

Para isso, Sr. Presidente, precisamos atualizar o nosso elenco de normas. Nós acabamos de sair da votação e regulamentação de boa parte de uma reforma tributária que muda todos os conceitos ou praticamente quase todos os conceitos tributários no País. Nós precisamos atualizar a norma, neste novo momento que vive o mundo, para que tenhamos, assim, mais competitividade, e dentro de um processo de legalidade que possa atualizar essas normas e fazer com que tenhamos condição de apresentar um ambiente de negócios mais salutar, tanto interna como externamente.

E quero deixar aqui a sugestão — vamos levar isto ao Presidente Hugo Motta — de criação de uma Comissão Permanente nesta Casa para que possamos atualizar essas normas, não só aquelas do comércio físico, mas também as do comércio digital, para fazer com que o mundo possa olhar para um Brasil com mais estabilidade, com normas mais modernas e atualizadas, que possam vencer os obstáculos colocados nessa geopolítica que se coloca no mundo neste momento.

Documento 6/10

80.2025

Sessão Ordinária - CD 20/05/2025-13:55

Publ.: DCD - 5/21/2025 - Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO

DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da XXVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, enfatizando a força da representação do Acre no maior encontro municipalista da América Latina. Ressaltou os desafios enfrentados pelos Municípios acreanos, como distância, infraestrutura precária e falta de recursos, e afirmou que a participação dos representantes do Estado busca garantir respeito, autonomia e justiça federativa. Também mencionou temas cruciais em debate, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que trata do parcelamento de dívidas previdenciárias, e a reforma tributária, alertando para a necessidade de preservar a autonomia financeira municipal. Ao finalizar, afirmou que o Acre exige protagonismo nas decisões que impactam seus Municípios e destacou o exemplo de união e coragem dos municipalistas do Estado.



DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, venho a esta tribuna, na qualidade de Deputado Municipalista, para ressaltar a força que vem dos municípios. A XXVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios não é apenas um evento. É um grito coletivo por respeito, autonomia e justiça federativa.

E nesse coro nacional, o Acre se faz ouvir mais alto do que nunca.

Mais de 13 mil municipalistas de todo o país estão reunidos aqui, no maior encontro do gênero da América Latina. Mas o que realmente emociona é ver a delegação do nosso estado cruzando o país para mostrar que o Acre não aceita mais ser invisível.

Prefeitos que enfrentam distâncias imensas, estradas difíceis, falta de recursos, mas não perdem a coragem. Vereadores que andam de barco, moto, a pé, para ouvir as vozes esquecidas das comunidades ribeirinhas, indígenas e rurais. Essa é a política de verdade. Essa é a política que transforma. E vocês, representantes do Acre, estão aqui provando isso.

Cidades como Bujari, Capixaba, Porto Walter, Rodrigues Alves, Senador Guiomard, Xapuri, Tarauacá, Manoel Urbano, dentre outras — todas com desafios únicos, mas com o mesmo propósito: garantir dignidade à sua gente.

E sabem por que essa Marcha importa tanto?

Porque estamos diante de decisões que vão definir os próximos anos dos nossos municípios — e não podemos deixar que sejam tomadas sem a nossa voz.

Estamos falando da PEC 66/2023, a PEC da Sustentabilidade Fiscal — que reabre prazos para parcelamento de dívidas previdenciárias e propõe juros mais justos. Isso não é uma medida técnica. É a diferença entre investir em saúde ou fechar postos. É a diferença entre asfalto na rua ou buraco na porta de casa.

O Acre precisa dessa PEC. Porque sem ela, nossos municípios continuarão sufocados.

Estamos falando também da Reforma Tributária — que não pode, de



forma alguma, reduzir ainda mais a autonomia financeira dos municípios. No Acre, onde o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é o sustentáculo de boa parte das prefeituras, isso seria devastador. A regulamentação precisa ouvir quem está na ponta. E vocês estão aqui justamente para isso. Para garantir que o Acre seja parte da construção, e não só vítima das decisões.

E mais: financiamento da saúde e da educação, mudanças climáticas, enchentes, secas, alíquotas previdenciárias... Todos esses temas estão sendo discutidos. E em todos eles, o Acre tem um lugar à mesa.

Essa Marcha não é turismo político. É resistência. É sobrevivência. É construção de um novo pacto federativo onde o Acre não pede favor – exige respeito.

Durante essa semana, a programação é intensa. Presidentes da República, da Câmara e do Senado vão ouvir o que os municípios têm a dizer. Mas quero destacar algo fundamental: o que o Acre trouxe para essa Marcha é mais do que demandas – é exemplo.

Exemplo de coragem, de união, de como a política pode – e deve – estar a serviço de quem mais precisa.

O Fórum de Vereadores, as arenas técnicas, o Movimento Mulheres Municipalistas, a Feira de Expositores — tudo isso oferece ferramentas reais. E cada vereador, prefeita ou secretário aqui presente vai voltar para casa com mais preparo, mais voz e mais força para transformar sua realidade.

O Brasil precisa entender que o futuro nasce nos municípios. E o Acre está mostrando como isso se faz.

Senhoras e senhores, que esta Marcha seja lembrada como o momento em que o Acre deixou de ser visto como periferia e se impôs como protagonista. Que nossas vozes, antes distantes, agora ecoem no Congresso, nos ministérios e em cada canto deste país.

Era o que tinha a dizer. Solicito que meu pronunciamento seja difundido na Voz do Brasil e demais órgãos de comunicação desta Casa.

Documento 7/10

88.2025

Sessão Ordinária - CD 26/05/2025-18:00

Publ.: DCD - 5/27/2025 - Rubens Pereira Júnior-PT -MA

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que propôs ampliar a



faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5 mil mensais. Nesse sentido, afirmou que a atual defasagem da tabela penalizou os trabalhadores de baixa renda, contrariando o princípio da capacidade contributiva. Além disso, destacou que preside a Comissão Especial responsável pela proposta e que o debate contou com participação de economistas, Receita Federal, centrais sindicais e especialistas. Por fim, apontou que a medida contribui para a justiça fiscal, fortalece o mercado interno e é coerente com a reforma tributária aprovada.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Ocupo esta tribuna hoje para defender um projeto que representa justiça fiscal, dignidade para o trabalhador e compromisso com o Brasil real — o Projeto de Lei nº 1087, de 2025, que propõe a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para pessoas físicas até o valor de R\$ 5.000,00 mensais.

Este não é um tema novo, mas é um tema urgente. A defasagem na tabela do Imposto de Renda tem sido uma chaga silenciosa no bolso da classe trabalhadora brasileira. Há anos, aqueles que ganham pouco são empurrados injustamente para a condição de contribuintes, como se fossem ricos — quando, na verdade, mal conseguem pagar suas contas. Com esse projeto, queremos corrigir essa distorção histórica e fazer valer um princípio basilar da nossa Constituição: a capacidade contributiva.

Não é justo que quem ganha R\$ 2.500,00 ou R\$ 3.000,00 esteja submetido à mesma lógica de tributação que alguém que ganha R\$ 10.000,00. Isso é regressividade disfarçada de neutralidade. E é contra isso que nos levantamos.

Senhoras e senhores, este projeto já está em pleno andamento na Casa. Tenho a honra de presidir a Comissão Especial que trata do PL 1087/25, e posso afirmar: o debate está sendo amplo, técnico e democrático. Já realizamos audiências públicas importantes, ouvindo economistas, representantes da Receita Federal, centrais sindicais, entidades da sociedade civil e especialistas em orçamento público. E mais: outras audiências estão por vir, inclusive nos estados, porque esse é um tema que interessa a todos os



brasileiros — de Norte a Sul.

E o que temos ouvido nessas audiências é claro: há espaço fiscal, desde que se combatam privilégios, se reduza a sonegação e se implemente uma tributação mais progressiva, como prevê a reforma tributária já aprovada nesta Casa. A ampliação da isenção é um passo coerente com esse novo modelo tributário, mais moderno, mais justo e mais eficiente.

Não se trata apenas de reduzir imposto. Trata-se de permitir que os mais pobres possam respirar, consumir, viver com um pouco mais de dignidade. Ao ampliar a faixa de isenção, injetamos mais recursos na economia real, fomentamos o comércio local, aquecemos o mercado interno. É uma medida com forte impacto social e econômico.

A oposição pode até querer descredibilizar este projeto com o argumento da responsabilidade fiscal. Mas é justamente por sermos responsáveis que estamos propondo essa mudança. Porque a verdadeira responsabilidade é com o povo. E o povo já não aguenta mais pagar a conta de um sistema injusto, que tributa consumo e renda do trabalhador, mas alivia os que lucram com dividendos e aplicações financeiras.

Quero aqui, portanto, reforçar o convite à sociedade: participem das audiências públicas, contribuam com sugestões, pressionem seus representantes. O Congresso Nacional precisa ouvir as vozes da rua — porque elas expressam a urgência de um país mais justo.

E reafirmo: vamos avançar! Com diálogo, com responsabilidade, mas também com coragem para enfrentar os privilégios históricos que impedem o Brasil de crescer com justiça social.

Senhor Presidente, este Parlamento tem hoje a chance de deixar uma marca histórica. A marca de um Congresso que olhou para os de baixo. Que fez justiça com os que sempre pagaram mais do que deviam. Que corrigiu uma distorção brutal e colocou o Brasil no caminho da justiça fiscal.

A isenção até R\$ 5.000,00 não é o fim. É o começo de uma nova política tributária, voltada para o povo, e não para os interesses dos de sempre.

Muito Obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Documento 8/10

90.2025

Publ.: DCD - 5/28/2025 -

Sessão Ordinária - CD

Domingos Sávio-PL -MG

27/05/2025-11:28



Sumário

O Deputado discursou na Sessão Solene em homenagem aos 65 anos da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e ao Dia Livre de Impostos. Destacou o papel estratégico do setor de comércio e serviços na economia nacional, que responde por cerca de 70% do PIB. Criticou a proposta de delegar a decisão da manutenção do funcionamento do comércio aos domingos. Também criticou o aumento do IOF e anunciou a apresentação de um projeto de decreto legislativo para sua revogação, ao lado de outros Parlamentares. Afirmou que a medida é inaceitável diante da elevada taxa de juros vigente e acusou o Governo de penalizar quem produz e gera empregos. Reforçou que a pauta transcende disputas partidárias e antecipou articulação para votação urgente na Câmara. Além disso, manifestou preocupação com o futuro do Simples Nacional na regulamentação da reforma tributária, alertando para riscos à competitividade das micro e pequenas empresas. Por fim, reafirmou o compromisso da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços, que reúne mais de 200 Parlamentares, em proteger o setor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PL - MG. Sem revisão do orador.) - Meu colega Presidente Luis Carlos Gomes, aproveito que está se retirando o Ministro Márcio França para lhe agradecer e reiterar o espírito de colaboração que nós procuramos manter na busca da defesa desse setor tão importante.

Cumprimento meu colega Efraim Filho, meu eterno Presidente, agora Presidente no Senado, mas que tem um papel fundamental não só hoje, mas em toda a história da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços. Procuro me empenhar muito para seguir as suas pegadas em todos os sentidos, para que possamos dar sequência a esse trabalho — não é, Senador Efraim?

Quero cumprimentar também, da mesma forma, com muita alegria, o nosso Presidente, e na pessoa dele nós estamos homenageando todos vocês e o Brasil inteiro.

Querido amigo José César da Costa, conterrâneo das Minas Gerais, para nós é uma alegria, Zé César, porque eu sou testemunha da sua luta, da sua dedicação, muitas vezes com o sacrifício da própria família, dos próprios negócios, para estar sempre aqui em Brasília lutando por uma pauta coletiva que interessa ao Brasil.

Quero estender o cumprimento a todos os dirigentes lojistas, todas as lideranças que aqui vieram. E não posso deixar de fazê-lo na pessoa que está à frente dessa comitiva forte das Minas Gerais, o Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais, Frank Sinatra, meu amigo. Ele canta bem lá em Nova York, sabe, gente? Quando vamos lá a trabalho, ele acaba soltando a voz, mas ele é afinadíssimo no trabalho de



liderança em Minas Gerais, conduzindo todos com muita competência, como eu sei que está ocorrendo em todos os Estados. Por isso, a nossa confederação é forte e traz o lema *Juntos Somos Mais Fortes*. E a gente vê este plenário lotado de gente do Brasil inteiro, deste setor que, sem dúvida, é um dos mais importantes de toda a economia, não só pela grandeza.

O Deputado Zé Neto, meu querido amigo, nosso Vice-Presidente da Articulação Política da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços, compartilha comigo e com o Deputado Luis Carlos Gomes da alegria de estarmos sempre trabalhando por esse setor ao lado, hoje, de mais de 200 Parlamentares — Deputados e Senadores. Nós abrimos o peito para defender esse segmento do qual nós nos orgulhamos de ser parceiros, como eu dizia, não só pela importância econômica, 70% do PIB somados ao serviço, mas pela capilaridade, por estar presente na vida de todos os brasileiros. Isso nos remete à importância de fazer esta homenagem. E a melhor forma de homenagear é trabalhar, é ter orgulho desse setor, é defendê-lo no dia a dia.

Quero fazer um registro especial pela passagem aqui, ainda que por alguns minutos, pela agenda pesada que nós sabemos que tem, do nosso Presidente Hugo Motta. O Presidente Hugo Motta não veio aqui por acaso. Nas suas atitudes, no seu posicionamento, ao longo da sua vida Parlamentar e especialmente agora como Presidente, é um homem extremamente claro na defesa do setor produtivo, do empreendedorismo, da luta para que nós tenhamos um País mais justo, onde a carga tributária não sufoque quem quer gerar emprego, quem quer produzir. Já tomou a iniciativa de começar a discussão de uma reforma administrativa, porque é fundamental para que a gente possa, de fato, falar em redução de carga tributária, termos eficiência nos gastos públicos, racionalidade nos gastos públicos, e termos, sim, contenção, porque nós sabemos, não há dúvida, que existem desperdícios e abuso no gasto público, porque sempre há aquela história: "*Se o dinheiro não der, a gente aumenta um pouquinho mais os impostos*". Aliás, é o que estão querendo fazer agora com o IOF.

E aí eu já entro, objetivamente, para concluir minha fala, na importância de nós não apenas homenagearmos, mas trabalharmos por um setor que trabalha para o Brasil, que gera emprego, que gera desenvolvimento, que são os lojistas, que é o comércio em geral, alcançando o varejo. E os senhores e senhoras sabem dessa importância, porque sentem na pele.

Eu aproveito para, na pessoa da Maria do Socorro, cumprimentar as mulheres empreendedoras, que são fundamentais não só para nos apoiar, mas para liderar o processo. E a gente vê isso ao longo de minha trajetória política. Eu que venho de uma cidade onde o comércio é muito pujante, Divinópolis, Minas Gerais, vejo a presença das mulheres na Câmara de Dirigentes Lojistas, na Associação Comercial, nas entidades representativas, mas, acima de tudo, gerando emprego, gerando desenvolvimento, assumindo um papel de liderança. Da mesma forma, ressalto a importância da juventude na pessoa do Raphael Paganini. E eu volto ao principal, que é como trabalharmos para que esse setor continue liderando o processo de geração de emprego, de renda, e atendendo



todo o Brasil.

Concluo falando, Zé César, da importância da parceria muito transparente, muito ética que o segmento faz conosco na Frente Parlamentar de Comércio e Serviços, que eu tenho a honra de presidir ao lado desse guerreiro Efraim Filho, do Luis Carlos Gomes, do Zé Neto e de tantos outros Deputados que semanalmente se reúnem para definir com clareza ações concretas em defesa do setor.

Toda semana nós temos tido algum ganho, alguma conquista, ou temos impedido que façam alguma coisa errada.

Há duas semanas, por exemplo, a gente se reunia com o Ministro do Trabalho, e alertávamos que não faz sentido querer impor, através de portaria, a proibição de funcionamento aos feriados, transferindo a delegação de decidir isso aos sindicatos. Quem decide isso é a lei. E a lei já dá alternativas para o funcionamento e estabelece com clareza o respeito aos trabalhadores.

(*Palmas.*)

Ninguém quer funcionar aos domingos desrespeitando o direito de trabalhador; pelo contrário, funcionar aos domingos gera emprego, gera desenvolvimento, gera satisfação ao consumidor.

Imaginem o setor do turismo, imaginem os serviços essenciais. Da forma como propuseram, você colocaria em colapso esses segmentos que são tão importantes na nossa economia.

Portanto, mais uma vez, nós tivemos o compromisso de que isso não prosperará. Agora, não estamos satisfeitos. Nós queremos a revogação absoluta, ou votaremos um decreto legislativo.

Falando em decreto legislativo, eu dizia ao Presidente, quando saía daqui — hoje ainda vamos nos reunir com o Presidente Hugo Motta —, que já protocolamos, ao lado de vários outros colegas, um projeto de decreto legislativo para revogar o decreto que aumenta o IOF. É inaceitável!

(*Palmas.*)

Nós estamos vivendo a maior taxa de juros do mundo, praticamente. O Governo deveria ter o mínimo de sensibilidade. *"Olha, o juro está tão alto! Nós não estamos conseguindo controlar o juro, vamos diminuir o IOF, imposto cobrado sobre as operações financeiras"*. Porém, ele diz: *"Não, eu vou aumentar o IOF. Eu quero sufocar quem produz, quem gera emprego, para poder alimentar a gastança pública"*. É inaceitável! Se não resolve pelo diálogo, temos que resolver pelo poder que a população nos deu.

Isso não é uma decisão de natureza partidária, embora eu tenha clareza na defesa que faço de algumas pautas como Oposição ao Governo. Essa matéria,



eu tenho convicção disso — hoje trataremos dela com o Presidente Hugo —, vai reunir eu não diria a unanimidade, mas ampla maioria desta Casa para votar, em regime de urgência, um decreto legislativo que revogue o aumento de IOF. É inaceitável isso, no momento em que nós vivemos a luta para implantar uma reforma tributária, que ainda deixa preocupações.

Como foi falado pelo Ministro, e eu já tratei do assunto com ele, é importante a micro e a pequena empresa.

E a reforma tributária — o Senador Efraim também se preocupa com isso — tem ganhos no sentido de simplificar, mas ela deixa uma preocupação para o Simples Nacional, que pode morrer, porque, ao não fazer a transferência de crédito, ele perde toda a possibilidade de competitividade. Isso tem que ser enfrentado.

Nós temos outras questões. Eu não vou me alongar sobre todas elas pelo tempo que tenho, mas quero dizer, Zé César, que nós estaremos prontos para, ao lado da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e das demais entidades que compõem a Unecs — União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços, hoje presidida pelo Presidente da Abad, Leonardo Severini, unidos aos senhores e senhoras, defender uma pauta que respeite esse setor, que valorize esse setor, que não permita ainda mais aumento de impostos, que desburocratize, que torne a vida de quem empreende e emprega mais simples. Isso é o mínimo que o Governo tem que fazer.

Conte conosco. Parabéns! Parabéns pelo Dia Livre de Impostos! Isso é importante como alerta civilizatório, como forma de educar pela participação do cidadão para o fato de que o imposto está muito alto.

Nós estaremos ao lado de vocês. A minha melhor maneira de homenagear é fazer, toda semana, a Frente do Comércio e Serviços gritar em defesa dos senhores. Procurem acompanhar isso.

Peço que os dirigentes que aqui estão conversem com os Parlamentares dos seus Estados. Nós temos mais de duzentos membros. Toda quarta-feira, com raras exceções, a gente se reúne no horário do almoço para trabalhar em defesa do comércio e serviços.

Aquele Parlamentar lá da sua base, aquele Parlamentar do seu Estado, é importante que você o estimule a participar da Frente do Comércio e Serviços, porque ela defende o lojista, ela defende esse segmento tão importante.

Parabéns!

Muito obrigado.



90.2025	Sessão Ordinária - CD	27/05/2025-11:16
Publ.: DCD - 5/28/2025 -	Ministro Márcio França---	---
	HOMENAGEM	HOMENAGEM
		DISCURSO

Sumário

O Ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte discursou na Sessão Solene em homenagem aos 65 anos da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e ao Dia Livre de Impostos. Destacou os desafios históricos e atuais enfrentados pelos lojistas, especialmente diante da concorrência digital e global. Enfatizou a importância da reforma tributária e defendeu a proteção dos pequenos empreendedores, que representam 99% dos CNPJs do País. Além disso, citou ações do Governo, como o Desenrola Brasil e linhas de crédito via Pronampe e ProCred360, mas alertou para as desigualdades nos custos de financiamento em comparação ao setor agro. Por fim, reforçou o papel essencial das pequenas empresas na geração de empregos e pediu que o Congresso assegure os direitos desse segmento na regulamentação da nova legislação tributária.

O SR. MINISTRO MÁRCIO FRANÇA - Cumprimento o Presidente desta Casa, o Deputado Hugo Motta, amigo; os Deputados autores da proposta, Luis Carlos Gomes e Domingos Sávio; o nosso Senador Efraim Filho, que também trabalha com este tema há tantos anos; José César da Costa, Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas; Raphael Paganini, Coordenador Nacional da CDL Jovem; e Maria do Socorro Noronha, Diretora da CNDL.

Senhoras e senhores, trago aqui um abraço neste instante em razão do aniversário de 65 anos das CDLs.

Hoje, quando penso em lojista, eu fico a imaginar como, 65 anos atrás, com a dificuldade de antigamente, as pessoas conseguiam, ao longo dos anos, sobreviver com as suas atividades. Hoje, fruto de outros desafios, talvez a competição seja muito mais com os aplicativos e com posições do exterior do que entre os próprios lojistas do Brasil.

Ainda assim, é superimportante a representação — e eu tenho conversado muito com o Presidente Costa e com as representações políticas dos senhores aqui nas duas Casas —, porque este é o ano da decisão mais importante. Na medida em que aprovamos a reforma tributária, que era um marco especial para toda a Nação, é preciso ter a compreensão da importância da proteção dos pequenos empreendedores. Os pequenos empreendedores formam 99% dos CNPJs do Brasil, e essas pessoas nem sempre têm acesso à força necessária para preservar os seus direitos. Em algumas atividades da economia, a gente percebe constantemente algum tipo de benefício fiscal, algum tipo de benefício tributário ou mesmo linhas de financiamento a que, por vezes, os pequenos



empreendedores das áreas urbanas, em especial, não têm acesso.

O melhor que nós conseguimos fazer recentemente foi, no ano passado, a partir da criação do Ministério específico do empreendedorismo, a concessão de cerca de 500 mil novos empréstimos pelo Pronampe e pelo ProCred360. Fizemos o Desenrola Brasil, que atingiu 170 mil empresas, com mais de 7 bilhões de reais de renegociação. Mas, ainda assim, os nossos empréstimos, que o Governo ajuda via FGO como garantia, são de 5%, mais Selic, Sávio. Se fosse no mundo da área rural, no mundo dos negócios do agro, seria 4% sem Selic.

Calculem os senhores o que haveria de importante se nós tivéssemos 4% sem Selic para que os empreendedores pudessem iniciar os seus negócios. Calculem quanto nós injetaríamos na economia do Brasil ao mesmo tempo. Um empreendedor é uma figura que hoje está muito falada e muito em moda, mas há anos ele se confunde com o próprio trabalhador. Ele faz da empresa uma extensão da sua própria vida. A pessoa que tem uma empresa pequena trabalha com as pessoas da sua família. Ela tem as relações familiares dentro da própria empresa. Ela não sente que está trabalhando numa empresa de alguém. A empresa é dela. Isso traz uma autoestima muito diferente quando acontece dessa maneira.

É por isso que a criação, lá atrás, do Simples, do MEI, e agora a nova legislação precisam preservar essas garantias, para que essas pessoas possam continuar o seu trabalho. A geração de 75% dos empregos criados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — Caged, nos últimos 2 anos, saiu das pequenas empresas.

É claro que o sonho de todo Governador, de todo Prefeito, é que possa ir para a sua cidade uma grande indústria, uma grande empresa, uma grande companhia, mas, na verdade, quem está lá o tempo todo a sobreviver e gerar emprego são essas pequenas empresas.

Então, eu trago os cumprimentos do Governo, dizendo que nós temos um tremendo respeito por todos os senhores e queremos muito que o Congresso possa preservar esses direitos agora, na hora de regulamentar a reforma tributária.

Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Documento 10/10

96.2025

Publ.: DCD - 5/30/2025 -

Sessão Ordinária - CD

29/05/2025-11:16

Chico Alencar-PSOL -RJ

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO



Sumário

O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.284, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e das Cidades; e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 357.443.320,00, para os fins que especifica. Além disso, criticou a retórica alarmista da Oposição, que tenta criar pânico ao afirmar que o Brasil está quebrado. Reconheceu que o País enfrenta problemas históricos e que o Governo comete erros, mas rejeitou a ideia de caos. Destacou como questão grave as renúncias fiscais, que devem somar R\$ 800 bilhões em 2025, e defendeu uma reforma tributária que taxe os super-ricos e torne a arrecadação mais justa.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Paulo Folletto.

V.Exa. anunciou bem: "*Com a palavra o Deputado Bohn Gass, o Deputado Cabo Gilberto Silva, o Deputado Luiz Lima, o Deputado Chico Alencar, para discutir o projeto*". O que eu vi por parte da Oposição, que tem que existir mesmo, que é legítima, foi a tentativa de estabelecer uma espécie de pânico verbal: "*O Brasil está quebrado! O Brasil está afundado!*"

Os dados da realidade mostram que o Brasil tem muitos problemas, sim, o que é histórico, secular, e que o Governo, às vezes, erra, sim — e eu falo como base do Governo. Porém, esse pânico que tentam criar é retórico. Não é uma *fake news*, é uma interpretação interessada de um caos que não existe.

Vamos enfrentar problemas concretos? Está no insuspeito *Valor Econômico* de hoje, jornal especializado em economia e finanças, que o Brasil, de renúncia fiscal, neste ano, vai somar 800 bilhões de reais. Isso é um problema sério. Vamos discutir IOF, taxação? Tudo bem, mas não vamos ficar só ecoando os grandes bancos, o capital financeiro, as grandes corporações industriais. A gente precisa de uma reforma tributária profunda, para que os super-ricos paguem mais, para que a arrecadação seja transparente e, é claro, para que o investimento público seja também eficaz, com transformação social.

Eu tenho um projeto de lei, que custa a andar aqui desde o ano passado, para estabelecer critérios sérios para as isenções fiscais, inclusive contrapartida dos beneficiários, mas parece que isso não toca e não interessa àqueles que estão subordinados ao grande capital, ao poder efetivo neste País, que não é só o poder político de quem ocupa o Governo do Estado, a Presidência da República ou mesmo um mandato parlamentar; é o poder da grana, que ergue e destrói coisas belas.



Ao grão — é o que devemos discutir —, olhem que coisa boa: o Governo pede crédito suplementar para o Inmetro, uma instituição muito importante, para a recuperação das suas estruturas; para o Incra — a gente precisa avançar na política do campo. O campo é o agro, sim, mas não é só o agro, pois existem também o pequeno agricultor, o agricultor familiar —; para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; para o Fundo Nacional de Assistência Social; e também para a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre.

Ora, isso é investimento social, o que é um sinal claro. Afinal, um país quebrado não poderia promover esses recursos adicionais. O projeto é do Executivo. Todo mundo — supõe-se — vai votar a favor.

É como Lima Barreto dizia, lá nos anos 30, sobre a chiadeira dos produtores de café. Ele falava do mistério do crescente empobrecimento dos ricos cafeicultores do Brasil. Isso é querer botar o aparato do Estado a serviço de uma classe só — como sempre, a mais poderosa. Vamos mudar isso.
